



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022.

**TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022
(EVENTO N. [0821445](#))**

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI TRE-RO N. [0002411-22.2021.6.22.8000](#)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 06/2022

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO FIRMADO ENTRE O TRE-RO
E A EMPRESA CENTRO DE
INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA –
CIEE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIO DE
ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E
SUPERIOR.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, inscrito no CNPJ sob n. 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, CEP: 04.533-001, em São Paulo/SP, e com Unidade de Operação em Porto Velho/RO inscrita no CNPJ n. 61.600.839/0061-96, situada na Av. Calama, 2472, bairro São João Bosco, CEP: 76.803-768, telefone(s): (69) 2182-0440 / (69) 2182-0441 / (92) 98128-3319 / (92) 3003-2433 / (61) 99643-5615, bem como e-mail(s): julio_silva@ciee.org.br / cnl@ciee.org.br, neste ato representado por seu Gerente Regional Norte, senhor **JULIO CESAR DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG *****477-SSP/MT e do CPF ***.504.181-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 347/2023-GABDG, de 17/04/2023 (evento [0995099](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto **PRORROGAR** o prazo de vigência do **Contrato n. 11/2022** (evento [0821445](#)) por mais 6 (seis) meses, **a contar de 30/04/2023 até 31/10/2023**, consoante delineado nas Informações n. 14 e n. 24/2023/COEDE (eventos [0983784](#) e [0987503](#)).

Subcláusula Primeira – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no Ofício n.º 066/2023 - CIEE/RO (evento [0983334](#) do Processo respectivo).

Subcláusula Segunda - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste Termo Aditivo é de **R\$ 132.183,36** (cento e trinta e dois mil cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), para o período de vigência do Contrato (6 meses), conforme descrito na tabela abaixo:

Mês	Qt. Superior	Qt. Médio	Estimado Superior	Estimado Médio	Estimado Auxílio Transporte	Estimado Agente de Integração	Custo estimado mensal
Maio	19	2	R\$17.468,80	R\$ 1.118,60	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 22.030,5
Junho	19	2	R\$17.468,80	R\$ 1.118,60	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 22.030,5

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mês	Qt. Superior	Qt. Médio	Estimado Superior	Estimado Médio	Estimado Auxílio Transporte	Estimado Agente de Integração	Custo estimado mensal
Julho	19	2	R\$17.468,80	R\$ 1.118,60	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 22.030,5
Agosto	19	2	R\$17.468,80	R\$ 1.118,60	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 22.030,5
Setembro	19	2	R\$17.468,80	R\$ 1.118,60	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 22.030,5
Outubro	19	2	R\$17.468,80	R\$ 1.118,60	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 22.030,5
Valor total deste termo aditivo para o semestre							R\$ 132.183,36

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Funcional Programática: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa 339039.65, consoante Nota de Empenho 2023NE000192, em 20/04/2023 (evento [1001582](#)), a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula Segunda – O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 318.894,72 (trezentos e dezoito mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos)

DA GARANTIA**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)**

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Termo Aditivo, complementação de garantia contratual no valor correspondente de 3% (três



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por cento) sobre o valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Terceira do Contrato n. 11/2022 (evento [0821445](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrito e ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 20 de abril de 2023.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	JULIO CESAR DA SILVA Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO TRE-RO
N. 11/2022****Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato TRE-RO n. 11/2022, assinado em 29/04/2022 – Volume XII do PA (evento n. 0821445). Vigência de 12 meses, a contar da assinatura, ou seja, de 29/04/2022 a 29/04/2023. Garantia: 3% do valor do instrumento.	R\$ 313.646,40	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Termo Aditivo n. 1, assinado em 10/03/2023 – Volume _ do PA (evento n. 0986283).</p> <p>I – Registrar o reajuste do valor unitário do auxílio transporte;</p> <p>II – alterar a redação do item II da Cláusula Quarta para valor “diário” do auxílio transporte; e</p> <p>III – incluir subcláusula na cláusula quarta para constar que os próximos reajustes de auxílio transporte serão fixados no TRE-RO somente por meio de Portaria da Presidência.</p> <p>Garantia: 3% do valor do instrumento.</p>	R\$ 5.248,32	-
<p>Termo Aditivo n. 2, assinado em __/04/2023 – Volume XVI do PA (evento n. 1001631).</p> <p>I – Prorrogação contratual por 6 meses, de 30/04/2023 a 31/10/2023.</p> <p>Garantia: 3% do valor do instrumento.</p>	R\$ 132.183,36	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 20/04/2023, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR DA SILVA, Usuário Externo**, em 28/04/2023, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/04/2023, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/04/2023, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1001631** e o código CRC **D0094FA6**.

0002411-22.2021.6.22.8000

1001631v



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE

ASSUNTO: Prorrogação - Contrato n. 11/2022 – Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE - Objeto: Serviços de agenciamento de estágios de nível médio e superior - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 50 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação do **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** para a prestação de serviços de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO n. 06/2017 e Portaria n. 464/2017, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 11/2022 ([0821445](#)), o qual se encontra em plena vigência, **com termo final previsto em 29/04/2023**. Por meio do Termo Aditivo n. 1/2023 ([0984394](#)) operou-se o reajuste de 52,59% sobre o valor diário do auxílio transporte do programa de estágio do TRE-RO, a contar de 1º/02/2023 e a alteração da redação da tabela constante no item II da Cláusula Quarta do Contrato original, adotando como “diário” o valor do auxílio transporte.

02. Na Informação n. 14/2023 ([0983784](#)), a COEDE, na condição de unidade gestora do contrato, manifesta-se pela prorrogação do contrato por mais 6 (seis) meses, assim justificando a medida:

I - face a proximidade do encerramento do contrato, a gestão consultou o agente de integração acerca do interesse na prorrogação do contrato, mantidas as condições e os termos atuais, evento [0968263](#), obtendo resposta afirmativa, evento [0983334](#); informa ainda que o agente de integração é atualmente contratado pelo valor de **R\$ 28,00** (vinte e nove reais) para cada estagiário, motivo pelo qual verificou como vantajosa a prorrogação do contrato;

II - que realizou pesquisa dos valores contratados por outros órgãos públicos de Rondônia, listados no quadro, obtendo o valor médio de agenciamento de **R\$ 28,52** (vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos);

III - inicialmente estimou o valor dos serviços que se quer prorrogar em **R\$ 154.213,92** (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e treze reais e noventa e dois centavos) para 19 estagiários de nível superior e 3 estagiários de nível médio. em um segundo momento, esse valor foi retificado para **R\$ 132.183,36** (cento e trinta e dois mil cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com o evento [0987503](#).

03. Mediante o Despacho n. 464/2023 ([0984051](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou o processo à COFC para emissão de nota de empenho; à SECONT para lavratura do termo aditivo e demais providências e à COEDE, para gestão, acompanhamento e **notificação da contratada para complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do termo aditivo**, correspondente a 3% (três por cento) do valor do reajuste, em uma das modalidades previstas no [art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93](#), com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no [art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93](#) e Cláusula Décima Sexta do Contrato originário.

04. Após a autorização de ajuste no planejamento orçamentário pelo titular da SAOFC ([0988249](#)) e determinação da Coordenadoria da COFC ([0988499](#)), a SPOF trouxe ao processo a complementação da programação orçamentária para a cobertura da contratação no valor de **R\$ 43.183,36** ([0988551](#)).

05. Por sua vez, a SECONT juntou a minuta do Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 11/2022 ([0989994](#)) e a encaminhou a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA PRORROGAÇÃO PRETENDIDA

06. Conforme relatado, na manifestação da COEDE - [0983784](#), A unidade gestora solicitou a prorrogação da avença firmada com o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, por mais 6 meses, a partir de 30/04/2023. Verifica-se não haver óbices à pretensão da Administração.

07. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

08. O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

09. Ressalte-se que **Contrato n. 11/2022** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

10. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: ***“iguais e sucessivos períodos”***. Conforme se verifica pelo relato do gestor, está sendo solicitada a prorrogação do contrato por apenas 6 meses. **Também não há óbices legais a essa pretensão.** O item 3 do **ANEXO IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, editada em conformidade com as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, já não reproduz essa condição atrelada à observância de iguais períodos para a vigência dos contratos nas prorrogações que se sucederam. Nesses atos deve prevalecer o interesse da Administração Pública no novo dimensionamento temporal combinado, certamente, à observância do prazo legal máximo ordinário de 60 meses.

11. Esse também é o entendimento pacificado na doutrina administrativista, ou seja, os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida, precipuamente, a finalidade pública, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático. (negritou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Para afastar qualquer dúvida sobre o tema, tem-se ainda que a prorrogação por períodos diversos do inicialmente pactuado encontra abrigo expresso no **item 12, letra “c” do Anexo IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, veja-se:

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente. (destacou-se).

13. Nesses termos, tem-se que o contrato poderá ser prorrogado por apenas 12 (doze) meses, a contar de 30/04/2023, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação. Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

14. O **terceiro e último requisito** que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

15. Segundo registrado na Informação n. 14/2023, ([0983784](#)), a unidade gestora da contratação demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida, pois os valores praticados no atual contrato são inferiores àqueles obtidos na pesquisas de preços levada a cabo em órgãos similares ao TRE-RO na cidade de Porto Velho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.

2.2 DA ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

17. Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 11/2022 ([0989994](#)) para o registro da prorrogação pretendida pela unidade gestora. Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

17. Destaca-se que, na CLAUSULA TERCEIRA da referida minuta, a SECONT previu que a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento, a **complementação de garantia contratual** no valor correspondente de 3% (três por cento) sobre o valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário.

18. Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

19. Nesses termos, considerando sobretudo a manifestação da unidade gestora ([0983784](#) e [0987399](#)) e o preenchimento dos requisitos legais indicados neste parecer, esta assessoria jurídica não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)) celebrado com o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, por mais 6 meses, a partir de **30/04/2023**, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento no **artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93** e **Cláusula Terceira do referido ajuste.**

Registre-se, conforme já apontado no **item 4 deste parecer**, que há no processo a necessária comprovação da programação da despesa para o período da prorrogação pretendida ([0973096](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

20. Por fim, para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ao processo ([0989994](#)) estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 21/03/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0990049** e o código CRC **B4B42C23**.

0002411-22.2021.6.22.8000

0990049v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE

ASSUNTO: Prorrogação - Contrato n. 11/2022 – Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE - Objeto: Serviços de agenciamento de estágios de nível médio e superior.

DESPACHO Nº 347 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação do **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** para a prestação de serviços de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO n. 06/2017 e Portaria n. 464/2017, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 11/2022 ([0821445](#)), o qual se encontra em plena vigência, **com termo final previsto em 29/04/2023**. Por meio do Termo Aditivo n. 1/2023 ([0984394](#)) operou-se o reajuste de 52,59% sobre o valor diário do auxílio transporte do programa de estágio do TRE-RO, a contar de 1º/02/2023 e a alteração da redação da tabela constante no item II da Cláusula Quarta do Contrato original, adotando como “diário” o valor do auxílio transporte.

Por meio da Informação n. 14/2023 ([0983784](#)), a unidade gestora pleiteou a prorrogação do contrato por mais 6 (seis) meses, reportando que, devido a proximidade do encerramento do contrato, a gestão consultou o agente de integração acerca do interesse na prorrogação do contrato, mantidas as condições e os termos atuais (evento [0968263](#)), obtendo resposta afirmativa (evento [0983334](#)). Informa, ainda, que o agente de integração é atualmente contratado pelo valor de **R\$ 28,00** (vinte e nove reais) para cada estagiário, motivo pelo qual verificou como vantajosa a prorrogação do contrato, pois em pesquisa de valores contratados por outros órgãos públicos de Rondônia, obteve o valor médio de agenciamento de **R\$ 28,52** (vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Inicialmente, foi estimado o valor dos serviços em **R\$ 154.213,92** (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e treze reais e noventa e dois centavos) para 19 estagiários de nível superior e 3 estagiários de nível médio. Em um segundo momento, esse valor foi retificado para **R\$ 132.183,36** (cento e trinta e dois mil cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com a Informação n. 24/2023 (evento [0987503](#)).

O Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COEDE para indicação da fonte orçamentária; à COFC, para reforço da dotação orçamentária, em caso de necessidade; à SECONT, para elaboração de minuta de aditivo contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([0986662](#)).

Tendo em vista os termos da Informação n. 24/2023-COEDE ([0987503](#)), a COFC solicitou autorização para realização de ajuste no planejamento orçamentário da COEDE ([0988073](#)). Autorizado o ajuste pelo Secretário da SAOFC ([0988249](#)), a SPOF procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, no valor total de R\$ 43.183,36 (quarenta e três mil cento e oitenta e três reais e trinta e seis



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos), informando que o valor de R\$ 89.000,00 será suportado por valores já empenhados para essa despesa referente ao exercício de 2023 e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. Foi informado, também, que a proposta orçamentária de 2023 está registrada no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#).

A SECONT elaborou a minuta de termo aditivo n. 2 ao Contrato n. 11/2022 ([0989994](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0989996](#)).

A Assessoria da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 50/2023 ([0990049](#)), no qual, após análise, verificou o preenchimento dos requisitos legais indicados no parecer e não encontrou óbice para a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)) celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, por mais 6 meses, a partir de 30/04/2023, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Terceira do referido ajuste. Por fim, aprovou os termos da minuta de termo aditivo ([0989994](#)), para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

A SAOFC, por sua vez, manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 11/2022 por mais 6 (seis) meses, a partir de 30/04/2023, com fundamento no art. 57, [inciso II, da Lei n. 8.666/93](#) e ainda na Cláusula Terceira do Contrato Originário (Manifestação n. 138/2023 - evento [0990206](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Terceira do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), *ipsis litteris*:

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consistente na prestação de serviços de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no TRE-RO, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito **"iguais e sucessivos períodos"**, verifica-se que o presente ajuste, com vigência inicial de 12 (doze) meses, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, por apenas 6 meses. Também não há óbices legais a essa pretensão. O item 3 do ANEXO IX da IN SG/MPDG n. 005/17, editada em conformidade com as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, já não reproduz essa condição atrelada à observância de iguais períodos para a vigência dos contratos nas prorrogações que se sucederam. Nesses atos deve prevalecer o interesse da Administração Pública no novo dimensionamento temporal combinado, certamente, à observância do prazo legal máximo ordinário de 60 meses.

Assim, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, não será superado.

Quanto ao último requisito "preços e condições mais vantajosos para a Administração", segundo registrado na Informação n. 14/2023 ([0983784](#)) da unidade gestora da contratação, a pesquisa de preços no mercado para serviços similares, constatou que o agente de integração é atualmente contratado pelo valor de **R\$ 28,00** (vinte e nove reais) para cada estagiário, motivo pelo qual verificou como vantajosa a prorrogação do contrato, pois em pesquisa de valores contratados por outros órgãos públicos de Rondônia, obteve o valor médio de agenciamento de **R\$ 28,52** (vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Vale ressaltar que, além dos requisitos de natureza legal, também estão cumpridos todos os requisitos de natureza contratual que autorizam a presente prorrogação como também já demonstrado na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

análise jurídica efetuada pela AJSAOFC ([0990049](#)), bem como estão presentes todas as condições de habilitação mediante juntada aos autos de todos os documentos comprobatórios.

Registra-se, ainda, que a minuta de termo aditivo ([0989994](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Por fim, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 3% (três por cento) sobre o valor total do termo aditivo, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário.

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, considerando o preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Terceira do Contrato originário, **AUTORIZO a PRORROGAÇÃO** do prazo de vigência do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), por mais 6 (seis) meses, a partir de 30/04/2023, nos termos da minuta de termo aditivo n. 2 ([0989994](#)), aprovada pela AJSAOFC.

À SAOFC para prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 17/04/2023, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0995099** e o código CRC **A6221007**.